

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUAS ESTRATÉGIAS FORMATIVAS

Carla de Britto Ribeiro Carvalho

RESUMO

O presente artigo apresenta uma discussão da proposta do Ministério da Educação/MEC, para melhorar a qualidade do ensino fundamental, por meio de implantação da escola de tempo integral na estratégia do Programa Mais Educação, apontando a ampliação da jornada escolar, que visa promover a Educação Integral nas escolas públicas municipais e estaduais de todo o país. Dessa forma, abordamos neste artigo a implantação e implementação da Educação Integral proposta pelo MEC, cujo foco norteador será a organização do trabalho didático, suas concepções, objetivos, e sua forma de organização, por meio de pesquisa documental no Manual Operacional de Educação Integral de 2013, emanado do MEC e operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica (SEB).

Palavras-chave: Educação Integral/Programa Mais Educação, Ofertas Formativas, Trabalho Didático, Macrocampos.

INTRODUÇÃO

A defesa da escola com jornada escolar ampliada tem como ponto de partida as reformas educacionais que ocorreram nas décadas dos anos 1920 e 1930, nesta última com mais intensidade, com o pensamento dos intelectuais reformistas, entre eles o educador Anísio Teixeira, um dos colaboradores do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", de 1932. Tal documento tinha como proposição a renovação educacional para o Brasil. Teixeira (1959) ensejava a implementação de um Sistema Público de Ensino para o país. Sua intenção foi efetivar uma educação que proporcionasse à escola trabalhar um programa com as crianças, que incluísse “leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, artes, industriais, desenho, música, dança, educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia” (TEIXEIRA, 1959, p. 78-84).

Do direito do indivíduo à Educação Integral decorre para o Estado, que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de suas etapas e modalidades, como uma função social, eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. A Escola Nova apontava a pedagogia tradicional como responsável pelo fracasso e pela precoce exclusão escolar das crianças brasileiras. Com essa crítica, o movimento renovador assinalava um novo modelo de educação que buscasse um elo entre os conhecimentos formalizados e as experiências práticas e cotidianas dos estudantes.

No contexto da educação brasileira, a Educação Integral experimentou diversas iniciativas e estratégias de implementação, com destaque para as Escolas-Parque de Anísio Teixeira, nas décadas de 1940 e 1950, e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), pensados pelo educador Darcy Ribeiro, na década de 1980. As mais recentes são a Escola Cidadã, Bairro Escola, Escola Parque e outras.

A bandeira em defesa da Educação Integral em Tempo Integral vem ganhando força a partir da Constituição Federal do ano 1988, artigos 205, 206 e 227; do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), artigos 34 e 87; o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (Lei nº 11.494/2007); o Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, apresenta os princípios da Educação Integral; o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/07) e a Portaria Interministerial nº 17/2007.

Em 2008, para melhorar a qualidade do ensino fundamental, o MEC propôs a implantação da escola de tempo integral na estratégia do "Programa Mais Educação". O referido programa aponta como proposição a ampliação da jornada escolar, com o intuito de promover a Educação Integral nas escolas públicas municipais e estaduais de todo o Brasil. O programa prevê um modelo de gestão centrado na intersetorialidade, por meio da articulação das diversas políticas setoriais na tentativa de minimizar os problemas educacionais. Dessa forma, abordamos neste trabalho a proposta de implantação e implementação da Educação Integral, apresentada pelo MEC: ampliação do tempo e dos espaços, organização de trabalho, concepções, objetivos, forma de organização em macrocampos.

Vale ressaltar que o novo Plano Nacional de Educação (LEI n. 13.005/2014) estabelece que, até o ano 2023, metade das escolas públicas do Brasil garanta o ensino em tempo integral. A meta VI do documento em questão assinala o oferecimento da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica (BRASIL, 2014).

Para expor a proposta de organização do trabalho didático, tomamos como base de pesquisa o Manual Operacional de Educação Integral de 2014, elaborado pelo MEC. O manual em questão aborda a Educação Integral, na perspectiva do Programa Mais Educação/PME, como uma estratégia para indução e ampliação da jornada escolar e organização curricular do Governo Federal, por meio do MEC, da Secretaria de Educação Básica (SEB).

São orientações do programa mais educação:

- I. Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;
- II. Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;
- III. Integrar as atividades ao projeto político - pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;
- IV. Promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;
- V. Contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;
- VI. Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada;
- VII. Fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;
- VIII. Desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis; e
- IX. Estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Faz parte do Programa Mais Educação – Educação Integral os seguintes Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e Tecnologia, do Esporte, do Meio Ambiente, da Cultura e da Defesa. Além desses ministérios, inclui-se a Controladoria Geral da União (CGU), constituindo-se assim, em uma ação intersetorial das políticas públicas educacionais e sociais, na busca por contribuir, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira, promovendo a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativa, e o compartilhamento da tarefa de educar, pelos profissionais da educação e de outras áreas, bem como pelas famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores.

A Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

PROPOSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O debate atual é sobre a importância dos estudantes terem mais tempo, na escola, para ampliar as possibilidades de aprendizagens. Todavia, quando tratamos da questão da qualidade dessa jornada ampliada, é imprescindível discutir as concepções de Educação Integral que o permeia.

Ao instituir o PME no ano de 2007, o MEC apresentou a possibilidade de contraturno nas escolas públicas como uma ampliação dos espaços e tempos escolares. Entretanto, a partir do ano de 2008, a busca é por uma escola de tempo integral onde os estudantes permaneçam na escola, inclusive no horário de almoço, a fim de que a unidade de ensino consiga sistematizar os trabalhos pedagógicos, o que muitas vezes não ocorre quando realizado no contraturno escolar. O objetivo é que, progressivamente, a proposta seja realizada por professores, também de horário integral, além das formações específicas para esses profissionais.

Com a incorporação de novos papéis, a escola passa a oferecer uma educação integral, contribuindo para que os estudantes tenham oportunidades de conviver com diferentes atores sociais, interagindo em diversos espaços socioeducativos da comunidade e da cidade, com vistas a exercitarem uma ação dialógica respeitosa, responsável, emancipadora, vislumbrando sua formação integral, que favoreça uma vivência e convivência significativa e comprometida com o bem comum. Veiga (2009) ressalta que, no contexto atual, o papel da escola vai além da função de ensinar, uma vez que:

A concepção de escola é outra. É preciso refletir sobre a criação de espaços e tempos escolares para colocar à disposição de todos os alunos o acesso aos bens culturais e a ocupação educativa dos tempos livres: mais tempo de escola para os alunos que carecem de adequadas estruturas familiares e das relações de vizinhança. (VEIGA, 2009, p. 15).

Sendo assim, a concepção de Educação Integral e do Programa Mais Educação, com a incorporação de novos papéis por parte da escola e dos professores, implica em ir além da função de ensinar, uma vez que propicia a criação de diferentes espaços de aprendizagens, tempos escolares e o acesso a bens culturais. Contudo, é preciso mencionar que tal concepção pode incorrer no esvaziamento da função principal da escola que é a apropriação do conhecimento científico, dos saberes historicamente acumulados pela humanidade (que são bens culturais). Se estes não forem sistematizados, estruturados e organizados pela escola, corre-se o risco dos conteúdos ficarem em segundo plano (SAVIANI, 2011).

O PME é destinado às escolas públicas do Ensino Fundamental, inspirado no Texto Desencadeador do Debate Nacional sobre a Política Curricular da Educação Básica (2012), onde se sugere que as ações do Programa Mais Educação – Educação Integral sejam trabalhadas na perspectiva da formação integral dos sujeitos. Para tanto, as unidades escolares

participantes precisam dar acesso ao conhecimento humano historicamente acumulado; conhecimento que permitam o entendimento das leis que regem a sociedade capitalista, ou seja, um conhecimento que dê ao estudante a noção de sua posição social. As escolas devem colaborar com o processo de transformação da sociedade presente.

Desde o ano de 2008, o MEC disponibiliza o Manual de Orientação que contempla a Organização do Trabalho Didático do PME, apresentado em macrocampos. A distribuição das atividades nos macrocampos se interliga com as quatro áreas do conhecimento constantes do currículo da base nacional comum – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Na ampliação do tempo escolar, na perspectiva da Educação Integral, busca-se expandir o horizonte formativo do estudante e estimular, além do desenvolvimento cognitivo, também o desenvolvimento estético, ético e histórico.

O Manual Operacional de Educação Integral 2014 aponta que o Programa Mais Educação, com o objetivo de fomentar a sensibilização, o incentivo e o apoio a projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações socioeducativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens, deve considerar as seguintes orientações:

- I. Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;
 - II. Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;
 - III. Integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;
 - IV. Promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;
 - V. Contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;
 - VI. Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada;
 - VII. Fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;
 - VIII. Desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis; e
 - IX. Estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (BRASIL, 2013, p. 5).

Tais orientações, constantes do Manual em questão, evidenciam a ampliação do tempo e do espaço educativo, na perspectiva da formação integral e emancipadora, que contemple a articulação entre as diversas políticas, que devem permitir o foco das ações do Poder Público, porém, sempre contando com a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas pela escola, localizadas nos territórios mais vulneráveis, contribuindo para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens, tendo o fomento à geração de

conhecimentos e tecnologias sociais, por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros, necessitando de ações planejadas em cooperação entre os entes federados, de modo que todo esse aparato esteja retratado no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Para a operacionalização da proposta pedagógica do PME, apresentamos, a seguir, a organização do trabalho didático, em macrocampos (áreas de conhecimento), contida no documento Manual Operacional de Educação Integral de 2013.

A centralidade deste artigo está na organização do trabalho didático, nas concepções, nos objetivos, e na forma de organização do PME. Procura-se, na implantação da Educação Integral/Programa Mais Educação, pensar em uma diferente forma de organização do trabalho didático. Para tanto, recorreremos aos escritos do educador e autor Gilberto Alves (2005), no que tange aos aspectos constitutivos da relação educativa, dos espaços e tempos escolares, com a reflexão e os seguintes questionamentos: Como tem sido implementado o PME nas escolas públicas do Brasil? Como está organizado o trabalho didático, as relações educativas, os recursos didáticos e as atividades pedagógicas dos macrocampos, e os tempos e espaços na construção de novos processos pedagógicos?

Segundo Gilberto Luiz Alves (2005, p.10)

[...] a organização do trabalho didático é uma categoria subordinada, desde o momento em que é produzida no campo da educação. Mas sua importância é inquestionável para o estudo histórico das relações educativas. A organização do trabalho didático constitui-se, conceitualmente, nos limites de outras categorias mais centrais, tais como trabalho e organização técnica do trabalho, e as implica. Daí, também, a sua riqueza, pois, ao embutir categorias centrais importantes para a revelação das relações sociais, permite que a discussão da educação e da escola desvele as características mais profundas que as permeiam.

O autor acentua que qualquer forma histórica de organização do trabalho didático deve envolver sistematicamente três aspectos:

- a) ela é, sempre, uma relação educativa que coloca, frente a frente, uma forma histórica de educador, de um lado, e uma forma histórica de educando(s), de outro;
- b) realiza-se com a mediação de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento,
- c) e implica um espaço físico com características peculiares, onde ocorre. (ALVES, 2005, p. 11).

O estudo de Alves descreve a educação no período de transição Feudal para o Capitalismo, buscando compreender as mudanças na educação em diferentes momentos

históricos para desvelar a educação de nossos tempos. A categoria Organização do Trabalho Didático permite captar a maneira que foi constituída as práticas educacionais de cada época. O autor ainda assevera que:

[...] na Antiguidade e na Idade Média o educador era o preceptor; na Idade Moderna surgiu o professor, dominante até nossos dias [...] nas duas épocas referidas, os estudantes assumiram formas, respectivamente, de discípulos e de alunos organizados em classe. (ALVES, 2005, p. 11,).

Na antiguidade e na Idade Média, os estudantes assumiram formas de discípulos e de alunos organizados como classe na Idade Moderna. Até a Idade Média, a relação educativa era não sistemática visto que envolvia educador de um lado, e estudante, de outro. Os preceptores eram os detentores de saberes com funções exclusivas de transmissão de conhecimentos e os estudantes apenas receptores, assimiladores de conhecimento.

Alves pontua que o manual didático surgiu no século XVII, como instrumento de ensino, cuja proposta pedagógica foi elaborada por Comenius, pedagogo da Reforma. Na sua "Didática Magna" (1987), ele se propunha a ensinar "tudo a todos", significa ensinar com economia de tempo e esforço, com um único professor ensinando a muitos alunos ao mesmo tempo. Assim, Comenius o elaborou o manual didático para que todos os estudantes da época tivessem acesso ao conhecimento, e dada sua importância permanece ainda em nosso tempo. A proposta de Comenius entendia que os alunos precisariam obter informações mínimas, as quais estariam contidos nos manuais, e com isso propunha "tudo a todos".

Os espaços físicos educativos, da época, de acordo com Alves (2005), eram improvisados em diferentes locais, tais como as próprias residências do preceptor ou dos discípulos. Já na Idade Média, atendendo demanda, surge a escola, um espaço que expressava o ponto de encontro entre os mestres e seus discípulos.

À época, surgem as mudanças com todas as exigências da sociedade na organização do trabalho, uma nova didática, que seria uma atuação não mais de um preceptor, mas de um combinado de especialistas. Considerando as condições históricas acima relatadas pelo autor (2005), onde os aspectos constitutivos da relação educativa atendiam a sociedade da época, quando professores eram detentores de conhecimento e estudantes receptores, existe hoje a necessidade de mudança nas formas de organização do trabalho didático na escola. Educar para uma geração interativa utilizando aspectos educativos de tempos atrás, não tem sentido.

AS OFERTAS FORMATIVAS - OS MACROCAMPUS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

É uma premissa do Programa Mais Educação – Educação Integral fomentar práticas educativas que promovam aos estudantes a compreensão do mundo em que vivem a compreensão de si mesmo, do outro, do meio ambiente, da vida em sociedade, das artes, das diversas culturas, das tecnologias e de outras temáticas.

A organização curricular do PME, diretamente articulada com os conteúdos trabalhados na Base Nacional Comum, está estabelecida em macrocampos, estes definidos como grandes eixos, compostos por diversas atividades pedagógicas, cada um. Os macrocampos em vigência no Manual Operacional do PME 2014 são: Acompanhamento Pedagógico; Comunicação - Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/ Educação Econômica e, por fim, Esporte e Lazer.

Cada macrocampo possui quantidades variadas de atividades pedagógicas, as quais são escolhidas pelas unidades escolares, com exceção do macrocampo Acompanhamento Pedagógico que, a partir do ano de 2013, passou a ter uma única atividade pedagógica – “Orientação de Estudos e Leitura”, de caráter obrigatório e, na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, a partir de 2014, desenvolvidas por professores habilitados e não mais por monitores orientadores de estudos, como prevê o PME. No entanto, para os demais macrocampos as atividades pedagógicas são desenvolvidas sob a coordenação de monitores que devem ser, preferencialmente, estudantes de graduação ou das licenciaturas, vinculados ao PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), ou ainda, estudantes de graduação com estágio supervisionado.

Todas as atividades pedagógicas, ao serem escolhidas, devem levar em consideração o Projeto Político-Pedagógico da escola, sempre retratando a realidade onde a escola está inserida. A forma de acompanhamento pedagógico das atividades dos macrocampos sugere a instrumentalização metodológica para ampliação das oportunidades de aprendizado dos estudantes em Educação Integral. As atividades escolhidas podem ser desenvolvidas em horários alternados com a Base Nacional Comum do Currículo e seus conteúdos, conforme previsto no conceito de macrocampos.

Faz-se necessária a permanente articulação entre os Professores Regentes (concurados ou convocados), Professores Articuladores de Atividades de Educação de

Tempo Integral – PAETI e os Monitores. Essa articulação deve ser coordenada pelo Coordenador Pedagógico e pelos Professores Articuladores de Atividades de Educação de Tempo Integral – PAETI, professores graduados em Letras e Matemática, convocados por meio de banco de dados da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, promovendo permanente diálogo, estudos e planejamento das atividades pedagógicas realizadas com os alunos.

As atividades podem ser realizadas em diferentes espaços dentro da escola ou fora dela, dependendo da proposta pedagógica, não perdendo de vista a aprendizagem dos alunos, objetivo maior da escola, com conhecimentos necessários e adequados ao seu ano escolar; para tanto, a escola deve primar pela organização do seu trabalho, reconhecendo seus limites e possibilidades.

O Macrocampo, elencado no Manual Operacional de Educação Integral, com vigência a partir do segundo semestre de 2014, é denominado Acompanhamento Pedagógico, composto pela atividade pedagógica – “Orientação de Estudos e Leitura”, articulados entre o currículo estabelecido da escola e as atividades pedagógicas propostas pelo PME. O manual contempla as diferentes áreas do conhecimento envolvendo alfabetização, matemática, história, ciências, geografia e línguas estrangeiras. Essas atividades, obrigatoriamente, devem ter uma carga horária mínima diária, com duração variável de uma a uma hora e meia.

As escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul participantes do PME, em número de 31(trinta e uma), a partir de 2014, convocaram 58 (cinquenta e oito) professores para o desenvolvimento da atividade “Orientação de Estudos e Leitura” e a articulação do trabalho pedagógico com a Coordenação Pedagógica, Professores Regentes e Monitores, com a finalidade melhorar o desenvolvimento das atividades dos componentes curriculares da Base Nacional Comum.

Alguns macrocampos se destacam nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, por promoverem o lúdico, a utilização de tecnologias e a oportunidade de dinamizar as aulas das disciplinas da Base Comum, ou seja, transformar as atividades pedagógicas do Programa Mais Educação – Educação Integral em laboratórios e atividades de pesquisas.

Para ilustrar a afirmação anterior, o Macrocampo Comunicação Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica propõe às escolas a possibilidade de criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos, estimulando práticas de socialização e convivência no espaço escolar.

Trata-se de um novo olhar sobre a relação dos campos Educação e Comunicação, pois, quando articuladas para fins pedagógicos, são capazes de constituir redes de comunicação e comunicadores, firmadas em práticas colaborativas e democráticas. O conceito de comunicação no PME é reconhecido, pela busca do ideal de uma comunicação viva e plena, garantindo às crianças, adolescentes e jovens o direito à voz e o respeito à diversidade.

O Macrocampo Educação em Direitos Humanos compreende um conjunto de atividades educacionais que tem a finalidade de promover o respeito dos direitos e liberdades fundamentais, de forma a contribuir para a prevenção e combate ao preconceito, discriminação e violências.

No Macrocampo Promoção da Saúde, o trabalho pedagógico prevê a criação de estratégias a partir do estudo de problemas de saúde regionais: dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, etc. Apontam-se, também, no currículo escolar, discussões sobre alimentação saudável dentro e fora da escola, trabalho com a saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento, educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS, prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, saúde ambiental, promoção da Cultura de Paz e prevenção das violências e acidentes.

O Macrocampo Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal) desenvolve processos pedagógicos para favorecer a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, competências e atitudes voltadas para a sustentabilidade sócio ambiental e econômica, bem como a compreensão da função social dos tributos e o controle social.

Para o Macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial, busca-se o incentivo à produção artística e cultural, individual e coletiva dos estudantes como possibilidade de reconhecimento e recriação estética de si e do mundo, bem como da valorização às questões do patrimônio material e imaterial, produzido historicamente pela humanidade, no sentido de garantir processos de pertencimento ao local e à sua história, valorizando aspectos da cultura popular.

No que diz respeito ao Macrocampo Esporte e Lazer, a realização de atividades baseadas em práticas corporais, lúdicas e esportivas, enfatiza-se o resgate da cultura local, bem como o fortalecimento da diversidade cultural. As vivências trabalhadas na perspectiva do esporte educacional devem ser voltadas para o desenvolvimento integral do estudante, atribuindo significado às práticas desenvolvidas com criticidade e criatividade.

Em seu conjunto as informações demonstram que os macrocampos possuem um leque de propostas de atividades que poderão ser escolhidas pelas escolas, de acordo com a realidade do seu território educativo. A escola de tempo integral deve garantir ao educando, oriundo da classe trabalhadora, possibilidades de uma educação integral do ser humano, necessitando para isso, tempos e espaços ampliados. Com a finalidade de financiamento das ações escolhidas pela unidade escolar, ligadas aos macrocampos, o PME integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Integral não é novidade, pois está presente na legislação educacional brasileira, desde a Constituição Federal de 1988 até o Compromisso Todos pela Educação, que objetiva produzir um conjunto de medidas específicas que visem à melhoria da qualidade da educação básica em cada localidade; esse compromisso é a conjugação dos esforços dos entes federados, em regime de colaboração, e conta com a participação das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. O conjunto de legislações determina e regulamenta a educação básica em tempo integral, cuja jornada escolar possui duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo.

A proposta do Programa Mais Educação – Educação Integral visa à articulação da escola no bairro, do arranjo educativo local em conexão com a comunidade que se localiza em torno da escola pública, mediante ampliação da jornada escolar, ações na área da educação articuladas com a cultura, o esporte, os direitos humanos e do desenvolvimento social.

No PME, os professores e estudantes devem encontrar conexão entre as práticas pedagógicas e sua realidade, conscientizar-se das problemáticas locais e seu envolvimento tornam as ações ainda mais efetivas e plenas de significado.

A mudança da antiga para a nova organização didática terá êxito na educação quando a comunidade escolar se desprender da prática de utilização de manuais didáticos, como sendo o único recurso a ser integrado nas práticas pedagógicas inovadoras. Por meio dos macrocampos, com a utilização dos recursos didático e pedagógicos de maneira crítica e criativa, criando os tempos, espaços buscando a socialização na escola, ampliando a possibilidades de discussão de dúvidas e de troca de experiências nas comunidades, constitui-se uma nova organização do trabalho didático.

Nesse sentido, os professores devem lançar mão de estratégias e experiências que possam promover dinâmicas diferentes em sala de aula, levando a processos de aprendizagem necessários e de forma que façam sentido para os jovens. Tais ações devem alterar a forma dos jovens estarem na escola, e abrir canais de diálogo entre eles e seus educadores, viabilizando mudanças no cotidiano escolar, a fim de expandirem-se as possibilidades de aprendizado para todos.

Para mudar esse quadro precisa-se lutar por uma escola pública que prime realmente pela socialização do conhecimento científico, construído ao longo da histórica e pela riqueza intelectual. Isso é parte da luta pela socialização dos meios de produção. Socializar o conhecimento é a grande luta de uma pedagogia marxista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **O Trabalho Didático na Escola Moderna**: formas históricas. Campinas: Autores Associados, 2005. BRASIL.

BRASIL. **Manual do Programa Mais Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

_____. Lei nº 9089 de 1990. Brasília: **Estatuto da Criança e do Adolescente** .

_____. Lei nº 9089 de 1990. Brasília: **Plano Nacional de Educação**.

_____. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Brasília: Plano Nacional de Educação em vias de aprovação na Câmara dos Deputados, para o decênio 2011/2020

_____. Lei nº 11.494/200. Brasília: Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério nos anos iniciais e finais do ensino fundamental**.

BRASIL. Decreto nº 6.094 de 2007. **Estabelece o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação**.

_____. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. 2007. **Portaria Interministerial de 17 de abril de 2007** Disponível em: http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/legislacoes/Port_Norm_Inter_017_2007_04_24.pdf, Acesso em 20 de junho de 2014.

COMENIUS, J.A. **A Didática Magna**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 78-84, jan./mar. 1959.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes (Orgs.). **A escola mudou**. Que mude a formação de professores. Campinas: Papirus, 2010.